

Contornos do Jornalismo: os Manuais de Redação e Estilo como cartilhas da Objetividade

Dr. Robson Dias¹

Dra. Eliane Muniz Lacerda²

Resumo: O campo jornalístico tem como base a técnica como um dos elementos determinantes de seus limites e até de seu discurso. Modalidades de escrita, como o Jornalismo Opinativo e Jornalismo Informativo, advém desses contornos. A partir do pressuposto da Objetividade, apresentaremos neste artigo um panorama sobre o surgimento deste ideal que visa assegurar a impessoalidade, a imparcialidade e a isenção e, pelo qual, a adoção (ou não) implica no mapeamento da dimensão técnica do trabalho jornalístico. Ao fim, abordaremos os Manuais de Redação e Estilo em relação à prescrição de competências inerentes ao texto de jornais impressos, como efeito dos ideais de Objetividade codificados em cartilhas que prescrever um modo de fazer no Jornalismo.

Introdução

Desde o surgimento da imprensa, o conteúdo dos jornais conviveu com diversos discursos, gêneros e práticas dentro das páginas dos periódicos. A parte opinativa (*Jornalismo Opinativo*), propagandística (Propaganda e Publicidade), de publicidade estatal (Diário Oficial), de informes organizacionais (Relações Públicas), literária (*Jornalismo Literário*) e a própria parte mais jornalística (*Jornalismo Informativo*) aos poucos foram configurando seus espaços nos projetos editoriais. Com o advento do paradigma da *Objetividade*, além da relação mais comercial e de tiragens para um público leitor mais complexo, o jornalismo passou a organizar preceitos organizacionais de como se assegurar imparcialidade, isenção e impessoalidade ao discurso jornalístico, diferenciando dos discursos e gêneros opinativos (artigo, comentário, coluna, editorial) e organizacionais (publieditorial, propaganda, matéria paga). Os Manuais de Redação e Estilo emergem neste contexto como verdadeiras bíblicas do como proceder do *Jornalismo Informativo*. Este é um processo que começou nos países desenvolvidos, mas que também tem seu efeito no Brasil. Tratemos dessa conjuntura estrangeira e nacional no intuito de vislumbrar a instauração dos Manuais como prescrição organizacional das redações com intuito de assegurar o preceito de *Objetividade Jornalística*.

¹Relações Públicas, Jornalista, especialista, mestre e doutor em Comunicação. Professor e pesquisador no PPGCOM/UCB

² Jornalista, mestre e doutora em Comunicação. Professora e pesquisadora no PPGCOM/UCB

1 - Objetividade: Contexto Internacional

A expansão capitalista, no período de industrialização do século XIX, vinculou a atividade jornalística à circulação de bens e mercadorias. Com o impacto tecnológico e comercial, a imprensa passou por uma estruturação e sistematização em conformidade com o trânsito de mercadorias e o consumo de informação, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Segundo Mariani (2007), os parques gráficos de editoras e jornais foram revisitados e o processo de produção de notícias passou por uma adequação da linha de produção. Surgiu assim, um contexto industrial e a lógica de um mercado noticioso. Nesse processo, houve padronização de uma série de procedimentos nas redações, impacto na divisão do trabalho (*fordismo*), nova rotina operacional, tematização dos assuntos em editorias e gêneros textuais.

As corporações que exploravam o mercado de comunicação, em Jornalismo, mais especificamente da imprensa, criaram *Manuais de Redação* e *Manuais de Redação e Estilo* no sentido de codificar parâmetros e formatos nos quais deveria ser baseada a produção dos produtos noticiosos.

Antes da adoção dos critérios de *Objetividade*, a imprensa tinha como paradigma um Jornalismo inspirado na literatura: o *Jornalismo Opinativo*³. Com a instituição dos pressupostos da *Objetividade*, referencial para a técnica jornalística padrão, este paradigma passou a ser considerado como superado, pois tinha como base dos relatos a opinião. Em vista disso, era considerado panfletário e partidário. Mariani (2007) afirma que a perspectiva criada com a adoção dos pressupostos de *Objetividade* serviu para que surgisse a classificação “Jornalismo Profissional”. Para a autora, o proselitismo se tornou a bandeira do

³Também chamado de *Jornalismo Literário*.

discurso profissional. Em pouco tempo, o grupo emergente se tornou hegemônico e instituiu que somente este novo paradigma conseguiria transmitir ao público a verdade sobre os fatos, objetivo maior do Jornalismo.

A standardização do novo modo de exercer o Jornalismo consolidou um formato no qual a impessoalidade se tornava inerente à notícia. Em suma, a técnica que antes era vista como arte de escrever virou ferramenta de produção.

O contexto industrial no qual se instalou o *Jornalismo Informativo* contribuiu para a organização positivista das matérias jornalísticas (no que se refere à separação entre o texto e jornalista). Ressalta-se que o período de industrialização também é o do Iluminismo. A racionalidade moderna foi incorporada ao *modus operandi* da imprensa incorrendo na consolidação de um novo arcabouço de técnicas jornalísticas.

A maior influência do *Jornalismo Informativo* sobre a atividade jornalística e a imprensa foi em relação à validação do que é verídico e verdadeiro nos relatos noticiosos. Para Santana (2001, p. 141), a racionalidade serviu para trazer um status cartesiano de verdade verificada e de método de apuração ao Jornalismo. Tal fato contribuiu para que o campo se tornasse um poderoso constituidor de realidades e sentidos, numa sociedade em que quase todo esse direito era reservado à ciência.

Os pressupostos de *Objetividade* funcionam como um divisor de águas no Jornalismo. A partir do acatamento dos referenciais objetivos pela imprensa, o campo jornalístico passou a se estruturar na representação social de que o lugar de fala em Jornalismo é baseado na verdade, longe da cultura, do social, político e do ideológico. Tal mudança de paradigma conferiu isenção ao discurso jornalístico, como um olhar externo, referenciado num lugar antes ocupado somente pela ciência (era Moderna) e pelo transcendente (era Medieval).

Armony (2006, p. 24) considera que a influência do *Jornalismo Informativo* gerou uma demanda de coesão social e orgulho ocupacional, além de um controle interno da atividade jornalística, ao mesmo tempo em que a política se tornava mais organizada. Para o autor, tal fato ajudou a empurrar o Jornalismo para fora do partidarismo, tornando-o uma força externa em vez de ser um mero instrumento de cabos eleitorais.

Os efeitos internos (normatização do grupo) e externos (idéia de isenção) explicam também a condição histórica da criação e desenvolvimento da profissão de Relações Públicas (RP). A influência do paradigma relacionado à *Objetividade* foi tão forte nos EUA que a atividade de RP foi criada como consequência da demarcação clara, na imprensa, do que é informação, publicidade e comunicação corporativa. Para Armony (2006),

Os RPs se multiplicaram pela tentativa do presidente Woodrow Wilson de “vender a guerra” para o povo estadunidense em busca de apoio financeiro para mandar tropas para a Europa durante a Primeira Guerra Mundial. A profissão se tornou bem sucedida e, em 1920, estimava-se que entre 50 e 60 por cento das matérias do New York Times tinham sua origem em assessores de imprensa: a figura do RP passou a ser mais presente do que a do jornalista.

Com seus brios feridos, os jornalistas passaram a se preocupar com a manipulação da informação nessa nova era de propaganda. Era necessário se desvencilhar dos propagandistas criando uma norma, um código moral jornalístico que culminaria na norma da *Objetividade*. (ARMONY, 2006, p. 24-25)

Armony (2006) declara que os pressupostos de *Objetividade* emergiram no campo jornalístico como forma dos editores manterem controle sobre os repórteres que trabalhavam na redação. Com isso, cristalizou-se um novo *Ethos* para o campo, que se estabeleceu como hegemônico, dentro da categoria profissional.

As consequências principais da adoção dos referenciais de *Objetividade* pela imprensa foram: a transformação do jornalista intelectual-pensador em empregado-produtor (1) e a cobrança de isenção nos relatos à sociedade (2).

2 - Objetividade: Contexto Nacional

Os princípios relativos à *Objetividade* chegaram ao Brasil nos anos 50. Vieram junto com o pacote de técnicas jornalísticas importadas dos EUA pelo *Diário Carioca*.

Durante duas décadas (anos 50 e 60), houve a imposição de um padrão prosélito do que se chamava de *Jornalismo Profissional*, assim como aconteceu em outros países. Três personagens estiveram diretamente envolvidos: Danton Jobim⁴, Pompeu de Souza e Luiz Paulistano.

Santana (2001) recupera as prerrogativas de cada um nesse processo

Um dos precursores desta nova concepção foi Danton Jobim, que coloca explicitamente a *Objetividade* como uma nova ética. Com ele, Pompeu de Souza – o introdutor do *Lead*, do *Copy-desk* e do *Manual de Redação* – e Luiz Paulistano, que teve importância na seleção do pessoal para a introdução da nova filosofia (SANTANA, 2001, p. 41).

Neste período, anos 50 e 60, os profissionais brasileiros não tinham capacitação técnica para assumir o novo paradigma: *Jornalismo Informativo* (pressupostos de *Objetividade*). O *modus operandi* das redações no país ainda era baseado apenas no referencial de *Jornalismo Opinativo* (conduta literária).

Seabra (2002, p. 36) denomina a era jornalística dos anos 50 como a fase do estilo do *Jornalismo Informativo Utilitário* por ser um período de afirmação da imprensa brasileira.

Os pressupostos de *Objetividade* influenciaram a imprensa não só no sentido textual, mas no visual também. Para Seabra (2002, p. 38), houve a evolução da improvisação para a racionalidade, da boneca do tipógrafo para o traço calculado. O uso de imagens

⁴Danton Jobim já foi chamado de “o pai dos idiotas da objetividade” por Nelson Rodrigues.

(fotografias e ilustrações), diagramações equilibradas em grandes massas, composição do texto em retângulos e poucos ornamentos tornou-se comum.

Avanza (2007, p. 105) destaca uma informação curiosa sobre a estima de Danton Jobim em relação aos aspectos gráficos do jornal: o interesse dele pelo aspecto gráfico das publicações era tão grande que seu filho, Renato Jobim, contou que o pai costumava guardar fac-símile de páginas de jornal.

No *Diário Carioca*, Danton Jobim era redator-chefe e Pompeu de Souza chefe de redação. O *lead* foi trazido por Pompeu de uma temporada que o jornalista passou nos EUA. Mas foi Danton Jobim quem o incentivou a aplicar a técnica na redação do *Diário Carioca*.

Nelson Rodrigues, que era um jornalista e escritor, além de produzir para jornais segundo o referencial de *Jornalismo Opinativo* ou *Jornalismo Literário*, teceu duras críticas aos pressupostos de *Objetividade*:

Falei no demônio [Danton Jobim] e pode parecer que foi o Príncipe das Trevas que criou a nova moda. Não, o abominável 'Pai da Mentira' não é o autor do copy desk. Quem o lançou e promoveu foi Pompeu de Sousa. Era ainda o *Diário Carioca*, do Senador, do Danton. Não quero ser injusto, mesmo porque o Pompeu é meu amigo. Ele teve um pretexto, digamos assim, histórico, para tentar a inovação.
(MARIANI, 2007, p. 120)

Os pressupostos de *Objetividade* foram literalmente importados dos EUA e patrocinados pelo governo brasileiro num intercâmbio entre os países. Mendez (2006, p. 27) ressalta que os seguintes jornalistas foram buscar referências nos EUA pra trazê-las pra o Brasil: Pompeu de Sousa, Danton Jobim, Samuel Wainer, Orígenes Lessa, Júlio Barata e Raimundo Magalhães Júnior, Monteiro Lobato e Alberto Dines. De todos, o autor enfatiza que Pompeu e Danton levaram seus conhecimentos para o *Diário Carioca*; Wainer para a *Última Hora* e Dines, para o *Jornal do Brasil*. Ainda para o autor,

A importância do *Diário Carioca* e as ações do governo Getúlio Vargas que se aproximou dos Estados Unidos, por interesses econômicos, e acabou por assinar um convênio de cooperação

envolvendo os dois países, respaldado pelo *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Uma decisão de governo que refletiu nos costumes brasileiros. Pompeu de Sousa foi um dos jornalistas a se integrar a este intercâmbio cultural, a partir de um convite recebido pelo DIP – *Departamento de Imprensa e Propaganda*. Ele permaneceu nos EUA durante 22 meses (MENDEZ, 2006. p. 27).

O padrão de *Jornalismo Informativo* foi lançado pelo *Diário Carioca* (anos 50) e fixado na famosa revolução editorial do *Jornal do Brasil* (anos 60), período que coincide com a volta dos jornalistas do intercâmbio nos EUA. Mais tarde, o paradigma se tornou hegemônico e assimilado por *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (nos anos 70).

3 - O conceito gira em torno de limites. Quais limites?

Apesar de não ser um conceito ou uma técnica propriamente dita, a importância do referencial de *Objetividade* é tão perceptível que chega a ser verificada em levantamentos feitos em livros de formação acadêmica de jornalistas. Hohlfeldt (2001) pesquisou em 21 livros de jornalismo os principais critérios utilizados para a construção de um texto jornalístico. O material, em sua maioria, era de autores e pesquisadores brasileiros (equivalente a 76% da amostra). A análise levou o autor a considerar a *Objetividade* como a categoria jornalística mais citada. Na amostra, o termo perdia em referências apenas para os verbetes: “exatidão” e “precisão”.

Os pressupostos de *Objetividade* aplicados ao campo do jornalismo têm um enquadramento ético, ideológico, epistemológico e filosófico. Santana (2001) problematiza a discussão em torno do termo da seguinte forma:

Na **discussão ética**, a negação assume o caráter de inabilidade. Jornalistas deveriam ser objetivos, mas (muitos) não conseguem ou por deliberada postura aética, ou por desconhecimento dos requisitos mínimos para o cumprimento do dever jornalístico.

Na **discussão ideológica**, tomando ideologia como auto-engano ou alienação, a negação assume o caráter de inconsciência. A *Objetividade* não é possível por causa de evitáveis injunções ideológicas, reflexo de posições de classe invisíveis aos seus integrantes. Jornalistas ou jornais estariam presos, portanto à estrutura do poder, de que seriam apenas representantes. Do contrário, num processo de autoconsciência estariam livres para emancipação? O problema de teses como essa é muitas vezes localizar na opinião o posicionamento ideológico, deixando a 'informação' como o campo neutro.

Na **discussão epistemológica**, os jornalistas são marcados pela impropriedade da consideração neste campo profissional. Negando ao jornalismo a cientificidade, ou um dos seus aparatos, como formação intelectual, disciplina acadêmica ou rigor metodológico, reserva-se a consideração do ser-objeto a lotes impenetráveis para os jornalistas.

Uma postura mais **filosófica** alega incapacidade. Ser objetivo só poderá ser, portanto consideração em tese: uma vez que a realidade humana não a permite, já que necessariamente estamos envoltos em crenças, hábitos, ou distantes do real-em-si. A *Objetividade*, o abandono completo e definitivo, da interferência ou inferência subjetiva, não é possível para o jornalista pelo simples fato de ele próprio ser... um homem, que vive numa realidade sempre será construída (SANTANA, 2001, p. 51-52).

As quatro discussões identificadas por Santana (2001, p. 52) não esgotam os limites dos pressupostos de *Objetividade*. Contudo, o conceito estabelece contornos dentro do campo jornalístico. O autor considera que a questão dos referenciais objetivos goza de um *status quo* insuperável e até vicioso. Quando o autor declara que o referencial de *Objetividade* goza de certa imutabilidade não significa que o pressuposto possa ser ou não seja praticado por jornalistas.

Para Santana (ibidem), a discussão dos pressupostos de *Objetividade* circunda frequentemente as mesmas argumentações. No plano ético (1), ideológico (2), epistemológico (3) e filosófico (4), respectivamente, ocorre de tal forma:

- 1 - "Há *Objetividade*", "mas os jornalistas, que deveriam, não a praticam"
- 2 - "Há *Objetividade*", "mas os jornalistas, inconscientes, não a alcançam"
- 3 - "Há *Objetividade*", "mas não são os jornalistas que podem praticá-la"
- 4 - "Há *Objetividade*", "mas não ao alcance do homem e do jornalista" (Ibidem).

Santana (Ibidem) afirma que as quatro argumentações negam a *Objetividade*, mas não conseguem vencer a circularidade, típica das melhores aporias filosóficas. O autor considera que é melhor esquecer-la [a discussão]. O que remete ao paradoxo de ter que se esquecer o que não há [*Objetividade*].

4 - Cartilhas de Objetividade: Manuais de Redação

Os *Manuais de Redação*, ou *Manuais de Redação e Estilo*, são codificações que norteiam o processo de produção da notícia: da apuração de dados à publicação das informações. Os manuais compilam as diretrizes de formatação de textos, mediante a adoção de critérios de *Objetividade*.

A normatividade dos *Manuais* é baseada na especificidade de cada tarefa do processo de produção da notícia, divisão do trabalho e hierarquia funcional. Os *Manuais* impõem-se como padrão de qualidade e ferramenta de controle sobre a produção noticiosa. Para Maciel (2001),

Os *Manuais* são utilizados estrategicamente pelas empresas jornalísticas como auxiliares no sistema de autoridade que legitima instâncias de poder. Os *Manuais* regulam a conduta dos profissionais, fixam organogramas e competências e estabelecem um fazer institucionalizado que deve contemplar o perfil ideológico e de linguagem do jornal. Por meio do manual, as empresas procuram impor, dentro do seu universo produtivo, um padrão de escrita e enunciação (MACIEL, 2001, p. 9).

Os *Manuais* normatizam a *Linha Editorial*, ou seja, as diretrizes sobre as quais aquela instituição trabalha. Estão à disposição não só dos funcionários da empresa jornalística, mas de um público interessado. Segundo Maciel (2001, p. 9), os *Manuais* do *Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* são obras que ultrapassaram os muros dos jornais a que estão vinculadas, pois são vendidas ao público comum. A venda dos *Manuais* no mercado editorial é comum. Para a autora, tal fato evidencia a articulação das empresas de comunicação em reforçar a expectativa de reconhecimento, por parte do leitor, daquilo que estabelecem para a prática jornalística e a forma de organização dos jornais.

Consideramos que os *Manuais* revelam ao leitor que há na produção da notícia: um protocolo de abordagem dos acontecimentos e relato ao público e um controle institucional que evoca a informação precisa, correta, neutra, imparcial e objetiva.

Os pressupostos de *Objetividade*, codificados em *Manual*, são utilizados no dia a dia das empresas de comunicação num jogo oscilante de é ou não é, em relação aos limites e aplicação das regras. Maciel (2001) acredita que o *Manual de Redação e Estilo* da *Folha de São Paulo* relativiza o que é ser objetivo. A autora transcreve o seguinte trecho do manual:

A Folha é um jornal apertado. Este conceito não se confunde com a **pretensa neutralidade** de **quem** não toma partido. Ao contrário, a Folha procura **assumir uma posição clara** em todas as questões controvertidas.

O apartidarismo da Folha significa que o jornal *toma partido* em relação à questão discutida, nunca em relação às facções que se debatem em torno dela. A Folha não se atrela a nenhum grupo, tendência ideológica ou partido político. Mesmo quando toma partido em favor de uma tese, idéia ou atitude, a Folha não deixa de noticiar outras que se oponham a ela (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987 apud MACIEL, 2001, p. 16).

Na análise de Maciel (2001), o posicionamento da *Folha de São Paulo* de não querer ser confundido com “pretensa neutralidade” (conforme citação) parece uma orientação ao corpo de funcionários jornalistas (o “quem”), convocando-os a assumir uma posição clara (a agir).

Já no segundo parágrafo, na questão da imparcialidade, diz que o jornal não tem relações políticas, relacionais, com outras instituições. Um interesse que não é uma demanda direta do jornalista, mas do leitor, já que ele compra o produto noticioso exatamente por achar que ali é um espaço de debate isento e não corporativo. Em suma, o jogo da *Objetividade* nos *Manuais* é de: ter a neutralidade como valor relativo (quando aponta para a instituição jornalística); e ter a imparcialidade como valor absoluto (quando aponta para o público leitor). O que incorre na maleabilidade do próprio conceito.

Os *Manuais* de *O Estado São Paulo* e da *Folha de São Paulo* admitem que a atividade jornalística seja permeada por procedimentos e comportamentos não decorrentes de uma abordagem estritamente objetiva e concreta, conforme Maciel (ibidem). Para a autora, os próprios *Manuais* evidenciam subjetividade processual (dentro da instituição) e *Objetividade* discursiva (fora da instituição):

Dito de outra forma, é possível passar de uma instância assumidamente subjetiva e avaliadora, que é o processo de apuração e seleção de informações, para o “puro registro dos fatos”, por meio da construção de um texto objetivo, imparcial, isento e, em última instância, neutro? A se basear pelos *Manuais*, isso não somente é possível como deve ser a tarefa do profissional de imprensa na redação da notícia.

Esse posicionamento, ou seja, a busca por uma ‘imanência’ dos fatos do mundo, vai de encontro à compreensão de que todo e qualquer discurso está inserido no contexto histórico e social e está carregado de ideologia, como vêm demonstrando os estudos lingüísticos, especialmente as abordagens centradas na enunciação e na construção do discurso e de seu sentido (MACIEL, 2001, p. 17).

Maciel (2001) faz três questionamentos referentes aos *Manuais*:

-A “receita” dos *Manuais* é seguida nos jornais, ou seja, a notícia é elaborada de acordo com as prescrições para sua configuração, como regras sobre a organização das informações e a seleção vocabular, entre outras?

-Se o texto é elaborado em conformidade com as normas prescritas para sua construção, a notícia se restringe à descrição e/ou relato dos fatos, sem a manifestação de julgamentos sobre eles?

-Como a notícia se constitui efetivamente, do ponto de vista composicional e dos efeitos de sentido, na materialidade impressa dos jornais em questão? (MACIEL, 2001, p. 18)

Na avaliação de Maciel (2001, p. 123), os jornalistas priorizam a forma composicional e o estilo, como se a observância das regras quanto a estes aspectos fosse condição suficiente para a construção do sentido que se quer erigir. Entretanto, tal atitude é apenas no aspecto formal, de seguir à risca as recomendações de uso de terminologias e elementos gramaticais relativos à parte nominal do texto (substantivo, artigos, adjetivos, numerais e pronomes) e verbal (flexões de tempos e locuções). Para a autora,

As prescrições de impessoalidade se sustentam nos eixos da pessoa, do tempo e do espaço, como se a eliminação dessas referências diretas ao sujeito que fala fosse suficiente para apagar também o sujeito (MACIEL, 2001, p. 124).

Os pressupostos de *Objetividade* se prestam a uma estrutura macro (de forma do texto) que vela a operação subjetiva na estrutura micro (de conteúdo). Para Maciel (2001),

A escolha das “vozes” autorizadas, por exemplo, serve como argumento a sustentar um determinado ponto de vista, uma avaliação que se tem do acontecimento. (...) neste emaranhado de “vozes” que a constituem, não está apenas a “voz” do “outro”, mas também a do enunciador-jornalista (...)

Mesmo que concretamente a notícia configure “outra coisa”, essa “cumplicidade” com a instância de recepção [público leitor] se mantém graças à estratégia da objetivação, que traz em si um componente ideológico, justamente o de ‘parecer’ transparente (MACIEL, 2001, p. 126;128).

Sobre o conteúdo dos informes noticiosos, Maciel (2001, p. 128) identifica a obsessão jornalística por tabelas, infografias, porcentagens etc. Para a autora, tais recursos instrumentalizam os pressupostos de *Objetividade*. Em relação aos *Manuais*, não significa dizer que o jornalista seja “papagaio de pirata”, mas que a normatização assegure o processo de produção da notícia de modo impessoal e informativo.

Conclusão

Os pressupostos de *Objetividade* estabelecem contornos do campo jornalístico por influenciarem de forma direta a técnica de redação jornalística, o trabalho e o perfil das publicações.

A *Objetividade* não é um conceito e nem uma técnica propriamente dita. Mas um princípio ou um valor ideológico que visa exatamente assegurar ao discurso jornalístico a imparcialidade, impessoalidade e a isenção, oferecendo um método de escrita com o qual o redator, no caso o jornalista, possa reportar a realidade de um modo que não seja tendencioso. Os referenciais de *Objetividade* passaram a existir quando a imprensa, no tocante ao *Jornalismo Informativo*, passou a se estabelecer como um mercado, deixando para trás, de forma subsidiária, mas ainda existente dentro do jornal, a opinião (*Jornalismo Opinativo*), a literatura (*Jornalismo Literário*), a promoção organizacional (Relações Públicas, Assessoria de Imprensa) e a promoção de produtos e serviços (Publicidade).

O intuito do artigo foi resgatar de forma breve este histórico, com origem nos EUA, posteriormente com adoção no Brasil, e trazer à tona alguns destes referenciais codificados em *Manuais de Redação e Estilo*, que nada mais são do que cartilhas de como proceder quanto à técnica textual (nas redações) e o discurso organizacional (linha editorial) em relação ao reporte da realidade feito pelo jornal a dado público leitor.

Ressaltamos que os *Manuais de Redação e Estilo* também não deixam de ser uma forma de formatação final do produto noticioso a ser enquadrado na publicação à venda, seja por assinatura ou tiragem avulsa, que sustenta a rentabilidade do próprio jornal. Lembremos que os referenciais de *Objetividade* foram adotados, na sua origem, pela imprensa americana e, posteriormente, na brasileira, com o intuito de aumentar vendas, produzir mais bens noticiosos no escopo do impresso, se distanciar do Jornalismo com viés ideológico (*Jornalismo Literário, Jornalismo Opinativo*), além de outros tipos de textos e produtos noticiosos que passaram a existir dentro do jornal (publicidade, releases, matérias pagas, publieditoriais, propaganda etc).

Bibliografia

ARMONY, Flavio Sabbagh. *Engajamento e objetividade no jornalismo político da França*. Dissertação . 2006. 85 páginas. (Mestrado em Comunicação)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

AVANZA, Márcia. *Danton Jobim, o mediador de duas culturas: por uma pedagogia do jornalismo*. 2007. 216 páginas. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade de São Paulo, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. Manual geral da redação. 2. ed. São Paulo, 1987. 220 páginas

HOHLFELDT, A. *Objetividade, categoria jornalística mitificada*. In: CONGRESSO

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. *Anais...* São Paulo: Intercom/Portcom, 2001. CD-Rom

MARIANI, Luiza Helena. *Os idiotas da objetividade: Nelson Rodrigues entre literatura e jornalismo*. 2007. 204 páginas. Tese (Doutorado em Literatura Comparada)-Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2007.

MACIEL, Suely. *Manuais de estilo, subjetividade e notícia*. 2001. 170 páginas. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade de São Paulo, 2001.

MENDEZ, Rosemary. *Pompeu de Souza: o jornalista que mudou o jornalismo brasileiro*. 2006. 262 páginas. Tese (Doutorado em Comunicação)-Universidade Metodista de São Paulo, 2006

SANTANNA, Wedencley. *O Discurso da notícia: objetivismo jornalístico e seus efeitos*. 2001. 159 páginas. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2001.

SEABRA, Roberto. *Dois séculos de imprensa no Brasil in Imprensa e Poder*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2002.